

ÍNDICE

| | |
|--|-----------|
| Capítulo I: DO PLANO E SEUS FINS | 2 |
| Capítulo II: DOS MEMBROS | 2 |
| Capítulo III: DA INSCRIÇÃO | 6 |
| Seção I: Das Condições de Inscrição | 6 |
| Seção II : Da Manutenção da Inscrição | 7 |
| Capítulo IV: DA UNIDADE DE PREVIDÊNCIA DO PLANO | 7 |
| Capítulo V: DO PLANO DE CUSTEIO | 7 |
| Seção I: Do Custeio dos Benefícios | 8 |
| Seção II: Do Custeio Administrativo | 10 |
| Capítulo VI: DAS DISPOSIÇÕES FINANCEIRAS | 11 |
| Capítulo VII: DAS CONTAS DO PLANO | 13 |
| Seção I: Da Conta Pessoal | 13 |
| Seção II: Da Conta de Recursos Portados | 13 |
| Seção III Da Conta de Recursos do Empregador | 14 |
| Seção IV: Da Conta de Aposentadoria | 14 |
| Seção V: Da Atualização dos Saldos das Contas | 14 |
| Capítulo VIII: DOS BENEFÍCIOS | 15 |
| Seção I: Da Classificação dos Benefícios | 15 |
| Seção II: Da Renda de Aposentadoria Normal | 15 |
| Seção III: Da Renda de Aposentadoria Antecipada | 17 |
| Seção IV: Da Renda Proporcional Diferida | 18 |
| Seção V: Da Renda de Invalidez Permanente | 20 |
| Seção VI: Da Renda de Pensão por Morte | 22 |
| Seção VII: Dos Critérios de Ajuste dos Benefícios | 23 |
| Capítulo IX: DO CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO | 25 |
| Capítulo X: DOS INSTITUTOS | 27 |
| Seção I: Do Benefício Proporcional Diferido | 27 |
| Seção II: Do Resgate | 28 |
| Seção III Da Portabilidade | 30 |
| Seção IV: Do Extrato e do Termo de Opção | 32 |
| Capítulo XI: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS | 34 |
| ANEXO I: GLOSSÁRIO DO PLANO IBAPrev | 36 |

Art. 7º – O Instituto Brasileiro de Atuária é o Instituidor do Plano IBAprev, conforme Convênio de Adesão firmado com a Petros.

Art. 8º – São Participantes os associados do Instituidor, que estejam inscritos no Plano IBAprev, observado o disposto no artigo 9º e seus parágrafos.

Art. 9º – Os Participantes do Plano IBAprev são classificados em:

- I – Participantes Ativos;
- II – Participantes Vinculados;
- III – Participantes Remidos.

§ 1º – Considera-se Participante Ativo o associado do Instituidor regularmente inscrito no Plano IBAprev que não esteja em gozo de benefício de pagamento continuado previsto neste Regulamento.

§ 2º – Considera-se Participante Vinculado o Participante que, em virtude da cessação do vínculo associativo com o Instituidor, tenha optado pela manutenção de sua inscrição no Plano IBAprev e mantenha o pagamento das suas contribuições, conforme artigo 14 deste Regulamento.

§ 3º – Considera-se Participante Remido o Participante que, em virtude da cessação do vínculo associativo com o Instituidor, tenha optado pelo Benefício Proporcional Diferido, na forma do artigo 53 deste Regulamento.

§ 4º – O Participante Remido que firmar novo vínculo associativo com o Instituidor poderá solicitar nova inscrição como Participante Ativo, tendo sua Conta Pessoal reativada e cancelada sua condição de Participante Remido.

Art. 10 – São Assistidos os Participantes e Beneficiários em gozo de benefício de pagamento continuado previsto neste Regulamento.

Art. 11 – São Beneficiários do Participante os seus dependentes inscritos no Plano IBAprev pelo Participante, dentre os definidos nas classes a seguir:

1ª classe: o cônjuge, a companheira ou o companheiro e o filho não emancipado menor de 25 anos ou inválido, inclusive o enteado ou o menor tutelado;

2ª classe: os pais;

3ª classe: o irmão não emancipado menor de 25 anos ou inválido;

4ª classe: a pessoa física designada pelo Participante.

§ 1º - O ex-cônjuge, divorciado ou separado judicialmente, o cônjuge separado de fato, a ex-companheira e o ex-companheiro, que recebam pensão de alimentos, também serão considerados dependentes da 4ª classe.

§ 2º - Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que, sem ser casada, mantinha união estável com o Participante e vinha coabitando, comprovadamente, por prazo superior a dois anos anteriores à data do óbito, sendo dispensado esse prazo se houver filhos dessa união, devendo ser comprovada, unicamente, a coabitação na data do óbito.

§ 3º - Na data em que requerer a Renda de Aposentadoria Normal, a Renda de Aposentadoria Antecipada, a Renda Proporcional Diferida ou a Renda de Invalidez Permanente, o Participante que optar pela modalidade de renda mensal por prazo indeterminado deverá declarar os seus Beneficiários, dentre as classes previstas neste artigo, os quais serão considerados no dimensionamento dos compromissos do Plano IBAprev para com o Participante Assistido e seus Beneficiários.

§ 4º - A inclusão de qualquer outro Beneficiário após a data referida no § 4º deste artigo implicará o recálculo do valor do benefício que estiver sendo pago ao Participante, mediante equivalência atuarial.

§ 5º - Alternativamente ao disposto no § 5º deste artigo, o Participante poderá efetuar o pagamento de um montante atuarialmente calculado, equivalente à reserva matemática necessária ao custeio do aumento dos compromissos do Plano IBAprev em decorrência da inclusão de outro Beneficiário, a ser creditado na Conta Pessoal, prevista no artigo 30 deste Regulamento, de modo a manter, na data da inclusão, o nível do benefício que lhe estiver sendo pago.

§ 6º - A inclusão de beneficiário após a concessão da Renda de Pensão por Morte de Participante Assistido, paga sob a forma de renda mensal por prazo indeterminado, será admitida, desde que não haja beneficiário vinculado às classes anteriores em gozo deste benefício, sendo que o valor que estiver sendo pago será recalculado e procedido novo rateio entre os Beneficiários Assistentes, e devido a partir da data da comprovação de dependência junto à Petros.

§ 7º - A inclusão de beneficiário após a concessão da Renda de Pensão por Morte de Participante Assistido, paga sob a forma de renda mensal por prazo certo, será admitida, desde que não haja beneficiário vinculado às classes anteriores em gozo deste benefício, sendo procedido novo rateio do valor do benefício entre os Beneficiários Assistentes, e devido a partir da data da comprovação da dependência junto à Petros.

§ 8º - Na hipótese de falecimento de Participante Ativo, Vinculado ou Remido que não tenha indicado seus Beneficiários serão considerados os Beneficiários que se habilitarem dentre os definidos em uma das três primeiras classes, obedecida a ordem ali disposta, sendo que a existência de Beneficiário em uma das classes precedentes exclui os das classes subsequentes.

CAPÍTULO III – DA INSCRIÇÃO

Seção I – Das Condições de Inscrição

Art. 12 – A inscrição como Participante do Plano IBAprev e a manutenção dessa qualidade são condições essenciais à obtenção, pelo mesmo e por seus Beneficiários, de qualquer benefício previsto neste Regulamento.

§ 1º – A inscrição no Plano IBAprev é facultada aos associados e membros do Instituidor, que a requeiram, em qualquer época, e será válida a partir da data da assinatura do pedido de inscrição, desde que deferida pela Petros.

§ 2º – O Participante receberá, quando de sua inscrição no Plano IBAprev:

- 6
- I – certificado onde estarão indicados os requisitos que regulam a inscrição e a manutenção da qualidade de Participante, bem como os requisitos de habilitação e forma de cálculo dos benefícios;
 - II – exemplar do Regulamento do Plano IBAprev;
 - III – material explicativo que descreva o Plano IBAprev em linguagem simples e precisa.

§ 3º – O Participante é responsável por todas as informações prestadas no pedido de inscrição, devendo comunicar à Petros qualquer alteração, no prazo de 30 (trinta) dias subsequentes ao da ocorrência, inclusive a do endereço para fins de recebimento de correspondências.

Art. 13 – Considera-se nova inscrição o reingresso daquele que, por qualquer motivo, teve cancelada sua inscrição como Participante, sendo aplicáveis, nessa hipótese, os dispositivos legais e regulamentares vigentes na data do reingresso.

Parágrafo único – É vedada nova inscrição ao Participante Assis-
tido do Plano IBAprev.

Seção II – Da Manutenção da Inscrição

Art. 14 – O Participante Ativo que romper o vínculo associativo com o Instituidor e, na data do término do vínculo, não tenha atendido às condições previstas neste Regulamento para recebimento de benefício, não tenha optado pelo Resgate nem pela Portabilidade, poderá permanecer no Plano IBAprev na condição de Participante Vinculado, desde que manifeste, por escrito, essa intenção à Petros, no prazo previsto no § 1º do artigo 63 deste Regulamento, e mantenha o pagamento das suas contribuições normais, ou na condição de Participante Remido, observadas as condições previstas no artigo 53 deste Regulamento.

CAPÍTULO IV – DA UNIDADE DE PREVIDÊNCIA DO PLANO

Art. 15 – Considera-se UP, a Unidade de Previdência do Plano IBAprev, cujo valor em junho de 2004 equivale a R\$ 300,00 (trezentos reais) e será reajustada, anualmente, no mês de junho, pela variação do Índice Preços ao Consumidor Amplo– IPCA, da Fundação IBGE, verificada no período.

7

CAPÍTULO V – DO PLANO DE CUSTEIO

Art. 16 – O Plano de Custeio do Plano IBAprev, elaborado anualmente de acordo com os resultados da avaliação atuarial, será submetido à aprovação do Instituidor e do Conselho Deliberativo da Petros e encaminhado à autoridade governamental competente.

Parágrafo único – Independentemente do disposto neste artigo, o Plano de Custeio deverá ser revisto sempre que ocorrer evento determinante de alterações dos encargos do Plano IBAprev.

Art. 17 – O Plano IBAprev é estruturado na modalidade de contribuição definida.

Seção I – Do Custeio dos Benefícios

Art. 18 – O custeio dos benefícios assegurados pelo Plano IBAprev será atendido por contribuições dos Participantes Ativos e dos Participantes Vinculados, bem como pelo rendimento líquido das aplicações financeiras desses recursos.

Parágrafo único – O Plano IBAprev poderá receber contribuições de empregadores, em favor de seus empregados inscritos como Participantes, mediante instrumento contratual específico.

Art. 19 – As contribuições para o Plano IBAprev compreendem:

- I – contribuição ordinária ;
- II – contribuição esporádica.

8

§ 1º – A contribuição ordinária, de caráter obrigatório e mensal, corresponde a fração ou múltiplo da contribuição básica, prevista no § 4º deste artigo, conforme opção do Participante, não podendo ser inferior a 25% (vinte e cinco por cento) de uma contribuição básica e nem a 10% (dez por cento) de uma UP.

§ 2º – A obrigatoriedade a que se refere o § 1º deste artigo se encerra na data em que o Participante atinge, cumulativamente, a idade mínima de 55 (cinquenta e cinco) anos e o prazo mínimo de contribuição de 5 (cinco) anos para o custeio do Plano IBAprev.

§ 3º – A opção do Participante, prevista no § 1º deste artigo, será feita quando de sua inscrição no Plano IBAprev, podendo ser alterada, anualmente, no mês de junho.

§ 4º – A contribuição básica corresponde ao resultado da multiplicação do valor de uma UP pelo fator multiplicador da UP, de acordo com a idade do Participante na data da inscrição no Plano, conforme a tabela a seguir:

| TABELA PARA CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO BÁSICA | | | | | |
|--|---------------------------|--------------------|---------------------------|--------------------|---------------------------|
| Idade na inscrição | Fator multiplicador da UP | Idade na inscrição | Fator multiplicador da UP | Idade na inscrição | Fator multiplicador da UP |
| 18 | 0,12 | 29 | 0,26 | 40 | 0,66 |
| 19 | 0,13 | 30 | 0,28 | 41 | 0,73 |
| 20 | 0,14 | 31 | 0,30 | 42 | 0,81 |
| 21 | 0,15 | 32 | 0,32 | 43 | 0,91 |
| 22 | 0,16 | 33 | 0,35 | 44 | 1,02 |
| 23 | 0,17 | 34 | 0,38 | 45 | 1,16 |
| 24 | 0,18 | 35 | 0,42 | 46 | 1,33 |
| 25 | 0,19 | 36 | 0,45 | 47 | 1,54 |
| 26 | 0,21 | 37 | 0,49 | 48 | 1,82 |
| 27 | 0,22 | 38 | 0,54 | 49 | 2,19 |
| 28 | 0,24 | 39 | 0,59 | 50 ou mais | 2,71 |

§ 5º - A contribuição esporádica, de caráter opcional e eventual, corresponde a um valor escolhido pelo Participante de acordo com sua conveniência.

Art. 20 – O Participante Ativo e o Participante Vinculado que já tiver contribuído para o Plano IBAprev por, no mínimo, 12 meses consecutivos, poderá requerer, a qualquer momento, a suspensão do pagamento das suas contribuições normais por um período de até 6 (seis) meses, contados da data do requerimento da suspensão, desde que formulado por escrito e deferido pela Petros.

§ 1º - Na hipótese prevista no *caput* deste artigo, o custeio administrativo, calculado sobre as contribuições normais que seriam devidas caso não houvesse ocorrido a suspensão, será descontado mensalmente do saldo da sua Conta Pessoal, prevista no artigo 30 deste Regulamento, mediante autorização expressa do Participante.

§ 2º - O Participante poderá apresentar um novo pedido de suspensão somente após o pagamento de, pelo menos, uma contribuição ordinária.

§ 3º - O deferimento ou indeferimento do pedido de suspensão de contribuições será comunicado pela Petros ao Participante no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do recebimento do pedido na Petros.

Art. 21 – O Participante Remido poderá efetuar contribuições esporádicas, a crédito de sua Conta Pessoal.

Art. 22 – Não será devida contribuição pelo Participante Assistido.

Seção II - Do Custeio Administrativo

10

Art. 23 – As despesas decorrentes da administração do Plano IBAprev pela Petros serão custeadas com recursos descontados das contribuições vertidas ao Plano pelos Participantes e, se for o caso, pelo Empregador, no valor correspondente a 4% (quatro por cento) dessas contribuições.

Art. 24 – Para o Participante Remido, a importância correspondente ao custeio administrativo do Plano IBAprev, devida no período de diferimento, será descontada mensalmente do saldo da sua Conta Pessoal, prevista no artigo 30 deste Regulamento, mediante autorização expressa do Participante, e no caso do Participante Remido que tenha presumidamente optado pelo Benefício Proporcional Diferido, conforme disposto no § 4º do artigo 63, o valor do custeio administrativo será provisionado, mensalmente, para desconto do saldo da sua Conta Pessoal quando da regularização da condição de Participante Remido, ou do requerimento de benefício, ou, ainda, quando da opção pelo Resgate ou Portabilidade.

Parágrafo único - A importância prevista no *caput* deste artigo será calculada aplicando-se a taxa estabelecida no artigo 23 deste Regulamento sobre o maior valor apurado dentre os previstos nas alíneas "a" e "b" abaixo, sendo esse valor atualizado, anualmente, na mesma época e pelo mesmo índice de reajuste da UP, conforme artigo 15 deste Regulamento, considerando:

- a) o valor da contribuição ordinária do Participante, no mês anterior à opção pelo Benefício Proporcional Diferido;
- b) a média aritmética simples dos valores das contribuições normais do Participante, nos últimos 6 (seis) meses anteriores à opção pelo Benefício Proporcional Diferido.

Art. 25 – Os valores correspondentes ao custeio administrativo do Plano IBAprev serão creditados no Fundo Administrativo.

CAPÍTULO VI – DAS DISPOSIÇÕES FINANCEIRAS

Art. 26 – As contribuições normais do Participante Ativo e do Participante Vinculado deverão ser recolhidos à Petros, por meio da rede bancária conveniada, até o 5º (quinto) dia do mês seguinte ao mês de competência.

Art. 27 – O atraso no recolhimento dos valores previstos no artigo 26 deste Regulamento, sujeitará o Participante ao pagamento de encargos equivalentes à rentabilidade que teria sido auferida durante o período de atraso, apurando-se tal valor segundo a taxa de rentabilidade mensal obtida pela Petros com a aplicação daqueles recursos, além da multa de 2% (dois por cento) sobre o montante devido.

§ 1º – O valor dos encargos de que trata o *caput* deste artigo, não incluída a multa ali prevista, não poderá ser inferior ao que resultar da aplicação da taxa de juros de 1/30% (um trinta avo por cento) por dia de atraso sobre o total dos recolhimentos devidos, acrescida da correção monetária medida pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) da Fundação IBGE no mesmo período, ou por outro índice que venha a substituí-lo.

§ 2º – O valor correspondente à rentabilidade, prevista no *caput* e § 1º deste artigo, recolhido pelo Participante em decorrência do atraso no pagamento de suas contribuições, será creditado na sua Conta Pessoal e o valor da multa será destinado ao Fundo Administrativo.

§ 3º - O Participante que atrasar por 2 (dois) meses consecutivos o pagamento da contribuição ordinária por ele devida, ressalvados os casos previstos no *caput* do artigo 20 deste Regulamento, será notificado para recolhê-la; se mantida a inadimplência por 3 (três) meses consecutivos, o Participante será notificado pela segunda vez e, caso o débito não seja quitado nos 30 (trinta) dias seguintes, será cancelada sua inscrição no Plano IBAprev.

Art. 28 – As contribuições vertidas pelos Participantes ao Plano IBAprev serão investidas pela Petros no dia da efetiva confirmação da disponibilidade desses recursos na conta corrente da Petros, respeitadas as normas de compensação bancária.

§ 1º - Os recursos do Plano IBAprev serão aplicados pela Petros em conformidade com as disposições estatutárias e com a legislação vigente.

§ 2º - Os recursos do Plano IBAprev, na medida em que forem recebidos, serão convertidos em cotas representativas do patrimônio desse Plano.

§ 3º - Os saldos em cotas acumulados nas Contas previstas no Capítulo VII deste Regulamento serão transformados em moeda corrente nacional, na data da concessão do Benefício, do Resgate ou da Portabilidade, com base no valor da cota representativa do patrimônio do Plano IBAprev.

Art. 29 – As despesas relativas às aplicações dos recursos vertidos para o custeio do Plano IBAprev, incluídos os encargos e os tributos, incidentes direta ou indiretamente, serão deduzidas dos rendimentos dessas aplicações ou dos próprios recursos, ficando esclarecido que o saldo da Conta Pessoal, prevista no artigo 30 deste Regulamento, corresponde ao valor líquido.

CAPÍTULO VII – DAS CONTAS DO PLANO

Seção I – Da Conta Pessoal

Art. 30 – Será mantida para cada Participante uma Conta Pessoal, na qual serão creditados os seguintes valores:

- I – as contribuições vertidas, pelo Participante, para o Plano IBAprev, deduzido o valor correspondente ao custeio administrativo do Plano IBAprev, previsto no artigo 23 deste Regulamento;
- II – os rendimentos obtidos com as aplicações desses recursos.

Parágrafo único – A Conta Pessoal será deduzida do valor correspondente ao custeio administrativo devido pelo Participante Remido ou pelo Participante que tenha obtido esta condição sob a forma presumida, prevista no § 4º artigo 63 deste Regulamento, e pelo Participante Ativo e Vinculado que tenha optado pela suspensão das suas contribuições, conforme artigo 20.

13

Seção II – Da Conta de Recursos Portados

Art. 31 – Na hipótese de o Participante Ativo portar recursos de outro plano de benefícios para o Plano IBAprev, será constituída uma Conta de Recursos Portados destinada a alocar os citados recursos.

§ 1º – Os recursos portados de outro plano de benefícios resultarão em melhoria do benefício a ser concedido ao Participante no Plano IBAprev, desde que atendidas as condições previstas neste Regulamento.

§ 2º – Sobre recursos portados de outros planos de benefícios de caráter previdenciário para o Plano IBAprev não incidirá o desconto correspondente ao custeio administrativo.

Seção III – Da Conta de Recursos do Empregador

Art. 32 – Na hipótese de o Plano IBAprev, por meio de instrumento contratual específico, receber contribuições de empregadores, em favor de seus empregados inscritos como Participantes, será constituída uma Conta de Recursos do Empregador, individualizada em nome do Participante, destinada a alocar os citados recursos, deduzindo-se o valor correspondente ao custeio administrativo do Plano IBAprev, previsto no artigo 23 deste Regulamento.

Seção IV – Da Conta de Aposentadoria

Art. 33 – Na data do requerimento da Renda de Aposentadoria Normal, da Renda de Aposentadoria Antecipada, da Renda Proporcional Diferida, da Renda de Invalidez Permanente e da Renda de Pensão por Morte será constituída uma Conta de Aposentadoria, individualizada em nome do Participante, para a qual será transferido o saldo existente na Conta Pessoal, prevista no artigo 30 deste Regulamento, e, se for o caso, os saldos existentes na Conta de Recursos Portados e na Conta de Recursos do Empregador, previstas, respectivamente, nos artigos 31 e 32, que, após a transferência dos respectivos saldos, serão automaticamente extintas.

Parágrafo único – A Conta de Aposentadoria será debitada, mensalmente, do valor correspondente à prestação do benefício pago ao Participante ou aos Beneficiários, na data da concessão, do valor total do benefício, nos casos de benefícios pagos em parcela única.

Seção V – Da Atualização dos Saldos das Contas

Art. 34 – As Contas referidas neste Capítulo terão seus saldos atualizados, mensalmente, pelo índice correspondente à rentabilidade líquida obtida com a aplicação financeira dos recursos.

CAPÍTULO VIII – DOS BENEFÍCIOS

Seção I – Da Classificação dos Benefícios

Art. 35 – Os benefícios oferecidos pelo Plano IBAprev possuem caráter previdenciário.

Art. 36 – Os benefícios assegurados pelo Plano IBAprev são os seguintes:

I – Quanto aos Participantes:

- a) Renda de Aposentadoria Normal;
- b) Renda de Aposentadoria Antecipada;
- c) Renda Proporcional Diferida;
- d) Renda de Invalidez Permanente.

II – Quanto aos Beneficiários:

- a) Renda de Pensão por Morte.

15

Seção II – Da Renda de Aposentadoria Normal

Art. 37 – A Renda de Aposentadoria Normal será devida, a partir da data em que for requerida, ao Participante Ativo e ao Participante Vinculado que preencher cumulativamente as seguintes condições:

- I – ter, pelo menos, 55 (cinquenta e cinco) anos de idade;
- II – ter contribuído durante o prazo mínimo de 5 (cinco) anos para o custeio do Plano IBAprev.

Art. 38 – Na data do requerimento da Renda de Aposentadoria Normal, o Participante deverá optar, por escrito, por uma das seguintes modalidades de recebimento do seu benefício:

- I – renda mensal por prazo indeterminado;
- II – renda mensal por prazo certo.

§ 1º - Na opção prevista no inciso I deste artigo, a renda mensal, expressa em moeda corrente, será calculada mediante equivalência atuarial, considerando o saldo existente na Conta de Aposentadoria, prevista no artigo 33 deste Regulamento, na data da concessão do benefício, e as características etárias do Participante e de seus Beneficiários, observado o disposto nos §§ 4º e 5º deste artigo.

§ 2º - Na opção prevista no inciso II deste artigo, a renda mensal, expressa em cotas representativas do patrimônio do Plano IBAprev, será calculada considerando o saldo existente na Conta de Aposentadoria, prevista no artigo 33 deste Regulamento, na data da concessão do benefício, e o prazo certo de recebimento de 10 (dez), 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos, conforme escolha do Participante, observado o disposto nos §§ 4º e 5º deste artigo.

§ 3º - Ao requerer a Renda de Aposentadoria Normal, o Participante poderá optar por receber, em pagamento único, uma parcela de até 25% (vinte e cinco por cento) do saldo da Conta de Aposentadoria, prevista no artigo 33 deste Regulamento, tendo o seu benefício calculado com base no saldo remanescente, desde que essa retirada não resulte em renda mensal de valor inferior ao mínimo previsto no § 4º deste artigo.

§ 4º - Caso o valor inicial da Renda de Aposentadoria Normal seja inferior a 50% (cinquenta por cento) de uma UP, o Participante deverá escolher outra modalidade e, se for o caso, outro prazo de recebimento, dentre os previstos neste artigo, que resulte em renda mensal de valor igual ou superior ao citado limite.

§ 5º - Se na situação prevista no parágrafo precedente, o valor inicial da Renda de Aposentadoria Normal resulte ainda inferior a 50% (cinquenta por cento) de uma UP, o Participante receberá o montante que serviu de base ao cálculo dessa renda em parcela única, extinguindo-se definitivamente todas as obrigações do Plano IBAprev para com esse Participante e com seus Beneficiários.

§ 6º - A manutenção do pagamento das rendas mensais previstas nesta Seção está condicionada à existência de saldo positivo na Conta de Aposentadoria, prevista no artigo 33 deste Regulamento.

Seção III – Da Renda de Aposentadoria Antecipada

Art. 39 – A Renda de Aposentadoria Antecipada será devida, a partir da data em que for requerida, ao Participante Ativo e ao Participante Vinculado que preencher cumulativamente as seguintes condições:

- I - ter, pelo menos, 50 (cinquenta) anos de idade;
- II - ter contribuído durante o prazo mínimo de 5 (cinco) anos para o custeio do Plano IBAprev.

Art. 40 – Na data do requerimento da Renda de Aposentadoria Antecipada, o Participante deverá optar, por escrito, por uma das seguintes modalidades de recebimento do seu benefício:

- I - renda mensal por prazo indeterminado;
- II - renda mensal por prazo certo.

§ 1º - Na opção prevista no inciso I deste artigo, a renda mensal, expressa em moeda corrente, será calculada mediante equivalência atuarial, considerando o saldo existente na Conta de Aposentadoria, prevista no artigo 33 deste Regulamento, na data da concessão do benefício, e as características etárias do Participante e de seus Beneficiários, observado o disposto nos §§ 4º e 5º deste artigo.

§ 2º - Na opção prevista no inciso II deste artigo, a renda mensal, expressa em cotas representativas do patrimônio do Plano IBAprev, será calculada considerando o saldo existente na Conta de Aposentadoria, prevista no artigo 33 deste Regulamento, na data da concessão do benefício, e o prazo certo de recebimento de 10 (dez), 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos, conforme escolha do Participante, observado o disposto nos §§ 4º e 5º deste artigo.

§ 3º - Ao requerer a Renda de Aposentadoria Antecipada, o Participante poderá optar por receber, em pagamento único, uma parcela de até 25% (vinte e cinco por cento) do saldo da Conta de Aposentadoria, prevista no artigo 33 deste Regulamento, tendo o seu benefício calculado com base no saldo remanescente, desde que essa retirada não resulte em renda mensal de valor inferior ao mínimo previsto no § 4º deste artigo.

§ 4º - Caso o valor inicial da Renda de Aposentadoria Antecipada seja inferior a 50% (cinquenta por cento) de uma UP, o Participante deverá escolher outra modalidade e, se for o caso, outro prazo de recebimento, dentre os previstos neste artigo, que resulte em renda mensal de valor igual ou superior ao citado limite.

§ 5º - Se na situação prevista no parágrafo precedente, o valor inicial da Renda de Aposentadoria Normal resultar ainda inferior a 50% (cinquenta por cento) de uma UP, o Participante receberá o montante que serviu de base ao cálculo dessa renda em parcela única, extinguindo-se definitivamente todas as obrigações do Plano IBAprev para com esse Participante e com seus Beneficiários.

§ 6º - A manutenção do pagamento das rendas mensais previstas nesta Seção está condicionada à existência de saldo positivo na Conta de Aposentadoria, prevista no artigo 33 deste Regulamento.

Seção IV – Da Renda Proporcional Diferida

Art. 41 – A Renda Proporcional Diferida será devida, a partir da data em que for requerida, ao Participante Remido que completar 55 (cinquenta e cinco) anos de idade ou, sob a forma antecipada, a partir dos 50 (cinquenta) anos de idade.

Art. 42 – Na data do requerimento da Renda Proporcional Diferida, o Participante deverá optar, por escrito, por uma das seguintes modalidades de recebimento do seu benefício:

- I - renda mensal por prazo indeterminado;
- II - renda mensal por prazo certo.

§ 1º - Na opção prevista no inciso I deste artigo, a renda mensal, expressa em moeda corrente, será calculada mediante equivalência atuarial, considerando o saldo existente na Conta de Aposentadoria, prevista no artigo 33 deste Regulamento, na data da concessão do benefício, e as características etárias do Participante e de seus Beneficiários, observado o disposto nos §§ 4º e 5º deste artigo.

§ 2º - Na opção prevista no inciso II deste artigo, a renda mensal, expressa em cotas representativas do patrimônio do Plano IBAprev, será calculada considerando o saldo existente na Conta de Aposentadoria, prevista no artigo 33 deste Regulamento, na data da concessão do benefício, e o prazo certo de recebimento de 10 (dez), 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos, conforme escolha do Participante, observado o disposto nos §§ 4º e 5º deste artigo.

§ 3º - Ao requerer a Renda Proporcional Diferida, o Participante poderá optar por receber, em pagamento único, uma parcela de até 25% (vinte e cinco por cento) do saldo da Conta de Aposentadoria, prevista no artigo 33 deste Regulamento, tendo o seu benefício calculado com base no saldo remanescente, desde que essa retirada não resulte em renda mensal de valor inferior ao mínimo previsto no § 4º deste artigo.

§ 4º - Caso o valor inicial da Renda Proporcional Diferida seja inferior a 50% (cinquenta por cento) de uma UP, o Participante deverá escolher outra modalidade e, se for o caso, outro prazo de recebimento, dentre os previstos neste artigo, que resulte em renda mensal de valor igual ou superior ao citado limite.

§ 5º - Se na situação prevista no parágrafo precedente, o valor inicial da Renda de Aposentadoria Normal resulte ainda inferior a 50% (cinquenta por cento) de uma UP, o Participante

receberá o montante que serviu de base ao cálculo dessa renda em parcela única, extinguindo-se definitivamente todas as obrigações do Plano IBAprev para com esse Participante e com seus Beneficiários.

§ 6º - A manutenção do pagamento das rendas mensais previstas nesta Seção está condicionada à existência de saldo positivo na Conta de Aposentadoria, prevista no artigo 33 deste Regulamento.

§ 7º - Na hipótese de o Participante Remido se tornar inválido antes de preencher as condições exigidas para a obtenção da Renda Proporcional Diferida é assegurado o direito de converter esse benefício em Renda de Invalidez Permanente, na forma prevista na Seção V deste Capítulo.

§ 8º - Aos Beneficiários do Participante Remido que falecer antes de preencher as condições exigidas para a obtenção da Renda Proporcional Diferida é assegurado o direito à Renda de Pensão por Morte, na forma prevista na Seção VI deste Capítulo.

Seção V - Da Renda de Invalidez Permanente

Art. 43 – A Renda de Invalidez Permanente será paga ao Participante Ativo, ao Vinculado e ao Remido na situação prevista no § 7º do artigo 42 deste Regulamento, que esteja aposentado por invalidez pela Previdência Pública.

Parágrafo único – Nos casos de Participante já aposentado de outra natureza pela Previdência Pública, eventual invalidez deverá ser atestada por médico indicado pelo Instituidor.

Art. 44 – Na data do requerimento da Renda de Invalidez Permanente, o Participante deverá optar, por escrito, por uma das seguintes modalidades de recebimento do seu benefício:

- I - renda mensal por prazo indeterminado;
- II - renda mensal por prazo certo.

§ 1º - Na opção prevista no inciso I deste artigo, a renda mensal, expressa em moeda corrente, será calculada mediante equivalência atuarial, considerando o saldo existente na Conta de Aposentadoria, prevista no artigo 33 deste Regulamento, na data da concessão do benefício, e as características etárias do Participante e de seus Beneficiários, observado o disposto nos §§ 4º e 5º deste artigo.

§ 2º - Na opção prevista no inciso II deste artigo, a renda mensal, expressa em cotas representativas do patrimônio do Plano IBAprev, será calculada considerando o saldo existente na Conta de Aposentadoria, prevista no artigo 33 deste Regulamento, na data da concessão do benefício, e o prazo certo de recebimento de 10 (dez), 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos, conforme escolha do Participante, observado o disposto nos §§ 4º e 5º deste artigo.

§ 3º - Ao requerer a Renda de Invalidez Permanente, o Participante poderá optar por receber, em pagamento único, uma parcela de até 25% (vinte e cinco por cento) do saldo da Conta de Aposentadoria, prevista no artigo 33 deste Regulamento, tendo o seu benefício calculado com base no saldo remanescente, desde que essa retirada não resulte em renda mensal de valor inferior ao mínimo previsto no § 4º deste artigo.

§ 4º - Caso o valor inicial da Renda de Invalidez Permanente seja inferior a 50% (cinquenta por cento) de uma UP, o Participante deverá escolher outra modalidade e, se for o caso, outro prazo de recebimento, dentre os previstos neste artigo, que resulte em renda mensal de valor igual ou superior ao citado limite.

§ 5º - Se na situação prevista no parágrafo precedente, o valor inicial da Renda de Invalidez Permanente resulte ainda inferior a 50% (cinquenta por cento) de uma UP, o Participante receberá o montante que serviu de base ao cálculo dessa renda em parcela única, extinguindo-se definitivamente todas as obrigações do Plano IBAprev para com esse Participante e com seus Beneficiários.

§ 6º - A manutenção do pagamento das rendas mensais previstas nesta Seção está condicionada à existência de saldo positivo na Conta de Aposentadoria, prevista no artigo 33 deste Regulamento.

Seção VI - Da Renda de Pensão por Morte

Art. 45 - A Renda de Pensão por Morte será devida aos Beneficiários, em decorrência do falecimento do Participante Ativo, do Vinculado, do Remido ou do Participante Assistido, observado o disposto nos parágrafos seguintes.

§ 1º - A Renda de Pensão por Morte será rateada entre os Beneficiários na proporção que tiver sido indicada pelo Participante ou em partes iguais, na ausência desta indicação.

§ 2º - No caso de falecimento do Participante Ativo, do Vinculado, do Remido, ou do Assistido que esteja recebendo renda mensal por prazo indeterminado, o valor inicial da Renda de Pensão por Morte será calculado mediante equivalência atuarial, considerando o saldo da Conta de Aposentadoria, prevista no artigo 33 deste Regulamento, na data da concessão do benefício, e as características etárias dos Beneficiários, sendo paga a partir da data do óbito e enquanto os Beneficiários Assistidos não perderem tal condição, observado o disposto no § 3º deste artigo.

§ 3º - Caso o valor inicial da Renda de Pensão por Morte, calculado na forma do § 2º deste artigo, resulte inferior a 50% (cinquenta por cento) de uma UP, os Beneficiários receberão o valor que serviu de base ao cálculo dessa renda em parcela única, rateado na forma prevista no § 1º deste artigo, extinguindo-se definitivamente todas as obrigações do Plano IBAprev para com esses Beneficiários.

§ 4º - No caso de falecimento de Participante Assistido que esteja recebendo renda mensal por prazo certo, o valor inicial da Renda de Pensão por Morte será igual ao valor da renda que seria devida ao Participante no mês do seu falecimento, sendo paga a partir da data do óbito até o término do prazo de recebimento escolhido pelo Participante.

§ 5º - A manutenção do pagamento das rendas mensais previstas nesta Seção está condicionada à existência de saldo positivo na Conta de Aposentadoria, prevista no artigo 33 deste Regulamento.

§ 6º - Na ausência de Beneficiários do Participante Ativo, do Vinculado ou do Remido, o saldo existente na Conta Pessoal, prevista no artigo 30 deste Regulamento, e os saldos porventura existentes na Conta de Recursos Portados e na Conta de Recursos do Empregador, previstas nos artigos 31 e 32, respectivamente, serão pagos de uma só vez aos herdeiros ou legatários do Participante, mediante apresentação de alvará judicial.

§ 7º - Na ausência de Beneficiários do Participante Assistido, o saldo remanescente da Conta de Aposentadoria, prevista no artigo 33 deste Regulamento, será pago de uma só vez aos herdeiros ou legatários do Participante, mediante apresentação de alvará judicial.

23

Seção VII – Dos Critérios de Ajuste dos Benefícios

Art. 46 – Os benefícios referidos no artigo 36, calculados sob a forma de renda mensal por prazo indeterminado, serão recalculados, anualmente, no mês de junho, considerando o saldo remanescente da Conta de Aposentadoria, prevista no artigo 33 deste Regulamento, e as características etárias do Participante e/ou dos seus Beneficiários, conforme o caso, na mesma data.

§ 1º - Caso o valor da renda mensal recalculada resulte inferior a 50% (cinquenta por cento) de uma UP, o Participante Assistido ou o Beneficiário Assistido, conforme o caso, receberá o valor que serviu de base ao recálculo desse benefício em parcela única, extinguindo-se definitivamente todas as obrigações do Plano IBAprev para com esse Participante e/ou com seus Beneficiários.

§ 2º - Independentemente do recálculo anual previsto no *caput* deste artigo, a Renda de Pensão por Morte será recalculada toda vez que ocorrer a perda da qualidade de um Beneficiário Assistido e procedido novo rateio do benefício entre os Beneficiários remanescentes.

§ 3º - A manutenção do pagamento das rendas mensais previstas neste Regulamento está condicionada à existência de saldo positivo na Conta de Aposentadoria, prevista no artigo 33 deste Regulamento.

§ 4º - Com a perda da qualidade do último Beneficiário Assistido será extinta a Renda de Pensão por Morte calculada sob a forma de renda mensal por prazo indeterminado.

Art. 47 – Os benefícios referidos no artigo 36, pagos sob a forma de renda mensal por prazo certo, serão atualizados, mensalmente, pela variação da cota representativa do patrimônio do Plano IBAprev.

§ 1º - Na data do término do prazo de recebimento da renda mensal por prazo certo encerram-se todos os compromissos do Plano IBAprev para com o Participante e/ou com seus Beneficiários.

§ 2º - Sempre que ocorrer a perda da qualidade de um Beneficiário, em gozo de renda mensal por prazo certo, será procedido novo rateio do benefício entre os Beneficiários remanescentes.

§ 3º - Com a perda da qualidade do último Beneficiário Assistido será extinta a Renda de Pensão por Morte paga na modalidade de renda mensal por prazo certo.

§ 4º - Sem prejuízo do disposto no § 1º deste artigo, com a perda da qualidade do último Beneficiário será extinta a Renda de Pensão por Morte de Participante Assistido calculada sob a forma de renda mensal por prazo certo.

Art. 48 – A critério do Participante, a modalidade e o prazo de recebimento do seu benefício poderão ser alterados, desde que o valor resultante não seja inferior a 50% (cinquenta por cento) de uma UP, sendo que os prazos de recebimento da renda mensal por prazo certo serão sempre contados a partir da data da concessão do benefício.

Art. 49 – O saldo remanescente da Conta de Aposentadoria, prevista no artigo 33 deste Regulamento, não recebido pelos Beneficiários, em razão da extinção do benefício de Renda de Pensão por Morte, será pago de uma só vez aos herdeiros ou legatários do Participante, mediante apresentação de alvará judicial, extinguindo-se definitivamente todas as obrigações do Plano IBAprev em relação aos Beneficiários Assistidos e em relação aos herdeiros ou legatários do Participante falecido.

CAPÍTULO IX – DO CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO

Art. 50 – Será cancelada a inscrição do Participante que:

- I - falecer;
- II - requerer o cancelamento de sua inscrição no Plano IBAprev sem encerrar o vínculo associativo com o Instituidor;
- III - deixar de recolher por 3 (três) meses consecutivos as suas contribuições normais e, tendo sido notificado por 2 (duas) vezes, não liquidar o débito dentro de 30 (trinta) dias contados da data da última notificação, ressalvados os casos previstos no *caput* do artigo 20 deste Regulamento;
- IV - receber benefício em parcela única;
- V - romper o vínculo associativo com o Instituidor, ressalvados os casos em que o Participante:
 - a) tenha atendido as condições previstas neste Regulamento para a obtenção de benefício;
 - b) tenha optado pela manutenção de sua inscrição no Plano IBAprev na condição de Participante Vinculado, conforme artigo 14 deste Regulamento;
 - c) tenha optado por permanecer no Plano IBAprev como Participante Remido, conforme artigo 53 deste Regulamento, ou que tenha, presumidamente, se tornado Participante Remido, na forma do § 4º do artigo 63 deste Regulamento.

VI – requerer o Resgate ou a Portabilidade, previstos nas Seções II e III do Capítulo X deste Regulamento.

VII – na condição de Participante Ativo ou Vinculado que tenha optado pela suspensão das suas contribuições, na forma do artigo 20 deste Regulamento, e na condição de Participante Remido não tenha saldo suficiente na sua Conta Pessoal, prevista no artigo 30, para arcar com o desconto do custeio administrativo previsto no § 1º do artigo 20 e no artigo 24;

VIII – tiver esgotado o saldo da sua Conta de Aposentadoria.

Parágrafo único – Na situação prevista no inciso II deste artigo, o Participante não poderá requerer o cancelamento de sua inscrição se já estiverem implementadas a idade mínima e o tempo mínimo de contribuição ao Plano IBAprev, exigidos para a obtenção da Renda de Aposentadoria Normal.

26

Art. 51 – O cancelamento da inscrição do Participante acarreta conseqüentemente a perda da qualidade dos respectivos Beneficiários, exceto se o cancelamento tiver ocorrido em virtude de falecimento do Participante.

Parágrafo único – Perderá também a qualidade de Beneficiário aquele que:

- I – deixar de preencher as condições expressas no artigo 11 deste Regulamento; ou
- II – receber benefício em parcela única; ou
- III – tiver esgotado o saldo da sua Conta de Aposentadoria.

Art. 52 – O Participante que teve sua inscrição no Plano IBAprev cancelada, sem ter recebido o Resgate nem optado pela Portabilidade, e venha a solicitar o seu reingresso terá reativada sua Conta Pessoal, definida no artigo 30 deste Regulamento, e, na existência de saldo, as Contas de Recursos Portados e de Recursos de Empregador, definidas, respectivamente, nos artigos 31 e 32.

CAPÍTULO X – DOS INSTITUTOS

Seção I – Do Benefício Proporcional Diferido

Art. 53 – Na hipótese de cessação do vínculo associativo com o Instituidor, o Participante poderá optar, no prazo estabelecido no § 1º do artigo 63 deste Regulamento, por receber, em tempo futuro, o benefício decorrente dessa opção, passando à condição de Participante Remido, desde que sejam atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I – não ter adquirido o direito ao benefício de Renda de Aposentadoria Normal previsto neste Regulamento;

II – estar inscrito no Plano IBAprev como Participante há, no mínimo, 3 (três) anos.

§ 1º – A opção pelo Benefício Proporcional Diferido, ou a presunção dessa opção, na forma do § 4º do artigo 63 deste Regulamento, implica a suspensão do pagamento das contribuições normais do Participante Remido, permanecendo a cargo do mesmo o pagamento do valor correspondente ao custeio administrativo, previsto no artigo 24 deste Regulamento, que será descontado do saldo da Conta Pessoal, prevista no artigo 30, mediante autorização expressa do Participante.

§ 2º – Sem prejuízo do disposto no § 1º deste artigo, o Participante Remido poderá efetuar contribuições esporádicas para o Plano IBAprev, a crédito da sua Conta Pessoal, objetivando a melhoria do benefício decorrente da opção pelo Benefício Proporcional Diferido.

§ 3º – O montante garantidor do Benefício Proporcional Diferido, apurado na data da opção por esse instituto, corresponderá a soma do saldo da Conta Pessoal, deduzido o valor do custeio administrativo previsto no artigo 24 deste Regulamento, e dos saldos das Contas de Recursos Portados e Recursos do Empregador, referidas no Capítulo VII, sendo esse valor atualizado, até a data de início do benefício, pelo índice correspondente à rentabilidade líquida obtida com a aplicação desses recursos.

§ 4º – O valor previsto no § 3º deste artigo será acrescido de eventuais contribuições esporádicas realizadas pelo Participante durante o período de diferimento, deduzido dessas contribuições o valor correspondente ao custeio administrativo do Plano IBAprev, atualizadas na forma prevista no parágrafo anterior.

§ 5º – O benefício de Renda Proporcional Diferida, decorrente da opção pelo instituto previsto neste artigo, será calculado na data da sua concessão, observado o disposto nos artigos 41 e 42 deste Regulamento.

§ 6º – A concessão da Renda de Aposentadoria Antecipada, prevista no artigo 39 deste Regulamento, impede a opção pelo Benefício Proporcional Diferido.

28

Seção II – Do Resgate

Art. 54 – O Participante Ativo, o Vinculado e o Remido terá direito ao Resgate, mediante requerimento, desde que sejam atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- I – não ter adquirido o direito a qualquer benefício previsto neste Regulamento;
- II – requerer o cancelamento de sua inscrição no Plano IBAprev.

Parágrafo único – Para pagamento do Resgate será observada a carência de 6 (seis) meses contados da data da inscrição do Participante no Plano IBAprev.

Art. 55 – O Participante que tiver cancelada sua inscrição no Plano IBAprev, na situação prevista no inciso III do artigo 50 deste Regulamento, também terá direito ao Resgate, mediante requerimento, sendo o seu pagamento devido após o decurso do prazo de 6 (seis) meses contados a partir da data de inscrição no Plano IBAprev.

Art. 56 – Nas situações referidas nos artigos 54 e 55 deste Regulamento, se o ex-Participante vier a falecer sem ter recebido o valor do Resgate, tal direito será transferido aos herdeiros ou legatários.

Art. 57 – O valor do Resgate corresponderá a 100% (cem por cento) do saldo da Conta Pessoal do Participante, acrescido, se for o caso, do saldo existente na Conta de Recursos do Empregador, observadas as condições previstas no instrumento contratual específico.

§ 1º - O Resgate será pago em cota única ou, por opção única e exclusiva do Participante, em até 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas, atualizadas, mensalmente, pelo índice correspondente à rentabilidade líquida obtida com a aplicação financeira desses recursos.

§ 2º - Caso o valor das parcelas mensais previstas no § 1º deste artigo sejam inferior a 10 (dez) UP, o prazo do parcelamento será reduzido de forma a ajustar o valor da parcela ao mínimo de 10 (dez) UP.

§ 3º - No caso de opção do Participante pelo Resgate, eventuais recursos portados de outro plano de previdência complementar não poderão ser resgatados, devendo ser portados para outro plano de benefícios antes do recebimento do valor de resgate.

§ 4º - Em caso de morte do Participante que, porventura, não tenha exercido a Portabilidade prevista no § 3º deste artigo, o saldo mantido na Conta de Recursos Portados será pago, em parcela única, aos seus herdeiros ou legatários, conforme o caso.

Art. 58 – Efetuado o pagamento do valor total do Resgate, encerram-se definitivamente todos os compromissos do Plano IBAprev para com o Participante e com seus Beneficiários.

Seção III – Da Portabilidade

Art. 59 – O Participante Ativo, o Vinculado e o Remido terá assegurado, mediante requerimento, o direito à Portabilidade, desde que sejam atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- I – estar inscrito no Plano IBAprev há pelo menos 3 (três) anos;
- II – não ter atingido as condições exigidas neste Regulamento para requerimento da Renda de Aposentadoria Normal, no caso do Participante Ativo e do Participante Vinculado, ou não ter atingido a idade mínima de 55 (cinquenta e cinco) anos, no caso do Participante Remido;
- III – requerer o cancelamento da sua inscrição no Plano IBAprev.

§ 1º – A concessão da Renda da Aposentadoria Antecipada, prevista no artigo 39 deste Regulamento, impede a opção pela Portabilidade.

§ 2º – A opção pela Portabilidade terá caráter irrevogável e irretratável.

Art. 60 – A Portabilidade consiste na transferência dos recursos financeiros, correspondentes ao direito acumulado pelo Participante no Plano IBAprev, para outro plano de benefícios de caráter previdenciário operado por entidade de previdência complementar ou sociedade seguradora autorizada a operar planos previdenciários.

§ 1º – Para fim do disposto neste artigo, entende-se por direito acumulado do Participante no Plano IBAprev a reserva matemática constituída na data da cessação das contribuições com base nas contribuições do Participante e, se for o caso, nas contribuições do empregador, deduzido o valor correspondente ao custeio administrativo, conforme artigo 23 deste Regulamento, sendo esse valor atualizado, até a data da efetiva transferência, pelo índice correspondente à rentabilidade líquida obtida com a aplicação desses recursos.

§ 2º - No caso do Participante Ativo ou do Vinculado e do Participante Remido que tenha optado pela suspensão das suas contribuições normais, o montante previsto no § 1º deste artigo será deduzido do valor correspondente ao custeio administrativo referente ao período de diferimento ou suspensão do pagamento, previstos, respectivamente, no § 1º do artigo 20 e no artigo 24 deste Regulamento.

§ 3º - No caso do Participante Remido, o valor previsto no § 1º deste artigo, será acrescido de eventuais contribuições esporádicas realizadas pelo Participante durante o período de diferimento, deduzido dessas contribuições o valor correspondente ao custeio administrativo do Plano IBAprev, conforme artigo 23 deste Regulamento.

§ 4º - O valor previsto nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo corresponderá ao saldo acumulado na Conta Pessoal, acrescido, se for o caso, do saldo existente na Conta de Recursos do Empregador, prevista no artigo 32 deste Regulamento, em nome do Participante.

§ 5º - A Portabilidade do direito acumulado pelo Participante no Plano IBAprev implica a portabilidade de eventuais recursos portados anteriormente de outro plano de previdência e creditados na Conta de Recursos Portados, prevista no artigo 31 deste Regulamento.

§ 6º - Para nova Portabilidade de recursos portados anteriormente de outro plano de previdência não será exigida carência.

§ 7º - Para o efeito da Portabilidade é vedado que os recursos financeiros transitem pelos Participantes sob qualquer forma.

Art. 61 – Manifestada a opção do Participante pela Portabilidade, a Petros encaminhará o Termo de Portabilidade, contendo a anuência do Participante, à entidade que administra o plano de benefícios receptor, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da data do recebimento do Termo de Opção, a que se refere o § 1º do artigo 63 deste Regulamento.

Parágrafo único – Os recursos financeiros relativos à Portabilidade serão transferidos do Plano IBAprev, em moeda corrente nacional, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à data do protocolo do Termo de Portabilidade perante a entidade que administra o plano de benefícios receptor.

Art. 62 – Efetuada a transferência de recursos do Plano IBAprev para o plano de benefícios receptor encerram-se definitivamente todos os compromissos do Plano IBAprev para com o Participante que exerceu a Portabilidade e com seus Beneficiários.

Seção IV – Do Extrato e do Termo de Opção

Art. 63 – A Petros fornecerá extrato ao Participante Ativo, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da cessação do vínculo associativo com o Instituidor ou da data do requerimento do Participante, contendo as seguintes informações:

- I – condições para manutenção de sua inscrição no Plano IBAprev como Participante Vinculado;
- II – montante garantidor da Renda Proporcional Diferida, decorrente da opção pelo Benefício Proporcional Diferido;
- III – critério para custeio das despesas administrativas pelo Participante que tenha optado pelo Benefício Proporcional Diferido;
- IV – data base de cálculo do montante garantidor do Benefício Proporcional Diferido e critério de sua atualização;
- V – condições para aquisição do direito à Renda Proporcional Diferida, decorrente da opção pelo Benefício Proporcional Diferido;
- VI – valor correspondente ao direito acumulado no Plano IBAprev, para fins de Portabilidade;
- VII – data base de cálculo do direito acumulado, para fins de Portabilidade;

VIII - valor atualizado dos recursos portados, pelo Participante, de outros planos de previdência complementar, se for o caso;

IX - critério a ser utilizado para atualização do valor, objeto da Portabilidade, até a data de sua efetiva transferência;

X - valor do Resgate, com observação quanto à incidência de tributação;

XI - data base de cálculo do valor do Resgate;

XII - critério utilizado para atualização do valor do Resgate, entre a data base de cálculo e o seu efetivo pagamento.

§ 1º - O Participante terá o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data do recebimento do extrato, para optar por um dos institutos previstos neste Capítulo, ou pela manutenção de sua inscrição no Plano IBAprev como Participante Vinculado, conforme artigo 14 deste Regulamento, mediante preenchimento e assinatura do Termo de Opção.

§ 2º - A opção do Participante Ativo pelo Benefício Proporcional Diferido não impede a posterior opção pelo Resgate ou pela Portabilidade, observadas as condições previstas neste Regulamento.

§ 3º - O Participante Vinculado também poderá optar pelo Benefício Proporcional Diferido, Resgate ou Portabilidade, observadas as condições previstas neste Regulamento.

§ 4º - O Participante que, por ocasião da cessação do vínculo associativo com o Instituidor, não preencha as condições previstas neste Regulamento para recebimento de benefício e, no prazo estabelecido no § 1º deste artigo, não opte por um dos institutos previstos neste Capítulo, terá presumida a sua opção pelo Benefício Proporcional Diferido, passando à condição de Participante Remido, desde que atendidas as demais exigências Regulamentares.

CAPÍTULO XI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 64 – Para a obtenção de qualquer benefício será indispensável que o Participante ou Beneficiário o requeira à Petros, apresentando os documentos que forem necessários, conforme definido em ato normativo da Petros.

Art. 65 – Os benefícios mensais serão pagos até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao de sua competência e os benefícios devidos em parcela única serão pagos dentro de 30 (trinta) dias do recebimento pela Petros de toda a documentação necessária a sua concessão.

Art. 66– Os benefícios previstos neste Regulamento não poderão ser objeto de venda ou cessão, nem de penhora, caução ou quaisquer outros ônus reais ou pessoais.

34

Parágrafo único – Devido ao seu caráter alimentar, somente serão admitidos descontos nos benefícios se autorizados por lei ou por este Regulamento ou os decorrentes de decisão judicial relativa à obrigação de prestar alimentos.

Art. 67 – Prescreve o direito às prestações dos benefícios não reclamados no prazo de 5 (cinco) anos, a contar da data em que forem devidas, não prescrevendo, porém, o direito ao benefício, resguardado o direito dos menores, dos incapazes e dos ausentes, na forma da lei.

Parágrafo único – Os valores correspondentes às prestações prescritas serão creditados em uma Conta de Benefícios Não Reclamados, cuja destinação dentro do Plano IBAprev será definida pelo Instituidor e, se distribuídos entre os participantes obedecerá à critério uniforme e não discriminatório.

Art. 68 – Trimestralmente, a Petros fornecerá ao Participante Extrato Periódico contendo o saldo atualizado de sua Conta Pessoal e, se for o caso, da Conta de Recursos do Empregador e da Conta de Recursos Portados.

Art. 69 – O Participante que se julgar prejudicado por ato praticado pela Petros, na administração do Plano IBAprev, poderá dele recorrer à Diretoria Executiva da Petros, dentro do prazo de 30 (trinta) dias da ciência do ato.

Parágrafo único – Da decisão da Diretoria Executiva caberá recurso ao Conselho Deliberativo da Petros, nos 30 (trinta) dias seguintes, contados do recebimento, pelo interessado, da correspondente notificação.

Art. 70 – Este Regulamento entrará em vigor na data de sua aprovação pelo órgão governamental competente.

Parágrafo único – A alteração deste Regulamento deverá ser aprovada pelo Instituidor e pelo Conselho Deliberativo da Petros e vigorará a partir da data de sua aprovação pelo órgão governamental competente.

ANEXO I

Glossário do Plano IBAprev

Associados:

Aqueles assim conceituados no Estatuto do Instituto Brasileiro de Atuária -IBA.

Beneficiário:

Pessoas físicas que terão direito a receber benefício pelo IBAprev em decorrência da indicação pelo Participante.

Beneficiário Assistido:

É o Beneficiário que recebe benefício do Plano IBAprev.

Cálculo por Equivalência Atuarial:

Cálculo do benefício em que igualamos aos saldos das Contas em nome de cada Participante o compromisso esperado para com o Participante e seus Beneficiários.

Comitê Gestor:

Órgão auxiliar da Diretoria Executiva da Petros, que têm como competência apresentar sugestões referentes à gestão do Plano IBAprev bem como acompanhar e controlar a administração do Plano. Esse Comitê é composto por representantes da Petros e do Instituidor.

Conselho Deliberativo:

Órgão máximo da estrutura organizacional da Petros, responsável pela definição da política geral de administração tanto da Petros quanto de seus planos de benefícios. Sua ação se exercerá pelo estabelecimento de diretrizes e normas gerais de organização, operação e administração.

Conta de Aposentadoria:

É a conta criada na data da aposentadoria do Participante ou na data de seu falecimento, caso estivesse na condição de Participante Ativo, que serve de base para a determinação do valor do benefício. O saldo dessa Conta, acrescido da rentabilidade líquida obtida com a aplicação dos recursos, é que irá financiar o pagamento do benefício.

Conta Pessoal:

É o nome dado à conta formada com as contribuições feitas pelo Participante, deduzida a taxa de administração, acrescidas da rentabilidade líquida obtida com a aplicação dos recursos.

Conta de Recursos do Empregador:

É aquela onde são registradas as contribuições que empregadores venham a fazer em favor de empregados inscritos como Participantes do Plano IBAprev, por meio de contrato específico, bem como a rentabilidade líquida obtida com a aplicação dos recursos.

Conta de Recursos Portados:

É aquela onde são registrados os recursos portados pelo Participante de outro plano de benefícios, bem como a rentabilidade obtida com a aplicação dos recursos.

37

Contribuição Básica:

Contribuição calculada pela multiplicação de um fator, relativo à idade do Participante na data da inscrição no Plano, pelo valor da UP. A contribuição básica serve como um referencial de contribuição ordinária para um determinado referencial de idade.

Contribuição Ordinária:

Contribuição realizada pelo Participante, mensalmente, respeitados os limites mínimos de 25% (vinte e cinco por cento) de uma contribuição básica e de 10% (dez por cento) de uma UP.

Contribuição Esporádica:

Contribuição realizada pelo Participante, a qualquer tempo, de acordo com a sua conveniência.

Custeio Administrativo:

Valor cobrado pela Petros para cobrir as despesas decorrentes da administração do Plano IBAprev.

Diretoria Executiva:

Órgão de administração geral da Petros, responsável pela execução das diretrizes fundamentais e pelo cumprimento da política de administração estabelecida pelo Conselho Deliberativo.

Estatuto da Petros:

Conjunto de normas que rege a Petros, estabelecendo a sua finalidade, seus membros, sua estrutura geral e seus órgãos estatutários com suas respectivas atribuições e competências.

Extrato Periódico:

Documento enviado, trimestralmente, a cada Participante que contém informações individualizadas sobre as contribuições realizadas para o Plano IBAprev e a rentabilidade líquida obtida com as aplicações dos recursos e outras movimentações.

Instituidor:

É a pessoa jurídica de caráter profissional, classista ou setorial que oferece plano de benefícios aos seus associados. No Plano IBAprev, o instituidor é o Instituto Brasileiro de Atuária, assim denominado por ter criado um plano para os seus associados e membros. O Instituto Brasileiro de Atuária não fará contribuições para os seus associados, mas é a entidade de classe responsável pelo Plano IBAprev.

Participante:

É o associado do Instituto Brasileiro de Atuária que esteja inscrito no Plano IBAprev.

Participante Assistido:

É o Participante que recebe benefício do Plano IBAprev.

Participante Ativo:

É o Participante do Plano IBAprev, que faz contribuições para o Plano e ainda não recebe benefício do mesmo.

Participante Remido:

É o Participante que, ao se desligar do Instituto Brasileiro de Atuária, opta por

receber o Benefício Proporcional Diferido no futuro, interrompe o pagamento das suas contribuições normais para o Plano, mas continua pagando a taxa de administração.

Participante Vinculado:

É o Participante que deixou de ser associado do Instituto Brasileiro de Atuária e optou por manter a sua inscrição no Plano IBAprev, continuando a pagar as suas contribuições.

Portabilidade:

Instituto que permite ao Participante Ativo, Vinculado ou Remido transferir o saldo existente em suas contas do Plano IBAprev para outro Plano de Previdência.

Previdência Pública :

Regime de previdência de natureza pública, podendo ser o Regime Geral de Previdência Social ou qualquer dos Regimes próprios de previdência social.

39

Regime Geral de Previdência Social:

Regime de previdência pública federal, previsto no artigo 201 da Constituição Federal, e gerido pelo Instituto Nacional do Seguro Social.

Regimes Próprios de Previdência Social:

Regime de previdência pública vinculada a quaisquer dos entes públicos, pessoas jurídicas de direito público interno, previstos no artigo 40 da Constituição Federal, e geridos por essas mesmas pessoas jurídicas

Resgate:

Instituto através do qual o Participante Ativo, Vinculado ou Remido que cancela a sua inscrição no Plano IBAprev retira o montante acumulado na sua Conta Pessoal e, se for o caso, na Conta de Recursos do Empregador.

Termo de Opção:

Documento através do qual o Participante opta pelo instituto do Benefício Proporcional Diferido, do Resgate ou da Portabilidade, ou pela manutenção de sua inscrição no Plano IBAprev na condição de Participante Vinculado.

Termo de Portabilidade:

Documento que formaliza a transferência de recursos, correspondentes ao direito acumulado do Participante, entre entidades de previdência complementar.

UP (Unidade de Previdência do Plano IBAprev):

É uma unidade utilizada como base para os cálculos do Plano IBAprev. Corresponde ao valor de referência equivalente a R\$ 300,00, em junho de 2004, sendo corrigido anualmente pela variação do IPCA.